



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

PESQUISADORAS NEGRAS: identidade e resistência na produção acadêmica das Ciências Sociais (2019-2023).

RESUMO:

Essa pesquisa documental analisa dissertações de pesquisadoras negras em um programa de pós-graduação (2019-2023). Evidencia-se como suas narrativas reafirmam identidade e resistência na produção acadêmica.

Palavras-chave: Mulheres negras; Identidade; Epistemologias.

ABSTRACT:

This documentary research analyzes dissertations by Black women researchers in a graduate program (2019–2023). It highlights how their narratives reaffirm identity and resistance within academic production.

Keywords: Black women; Identity; Epistemologies.

Duana Eduarda Elias da Silva

Mestranda em Ciências Sociais/ UEM.
duanaeduardasilva@gmail.com

Wellington Benevides dos Santos

Mestranda em Ciências Sociais/ UEM.
wellingtonbenevides17@gmail.com

Marivânia Conceição de Araujo

Profª. titular do Departamento de Ciências Sociais/ UEM.
marivaniaaraujo@yahoo.com.br

Introdução

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), a autodefinição para as mulheres negras é a possibilidade de definir-se quem se é, mesmo que essas definições, por não serem únicas e moldáveis, se transformem com as influências do coletivo. É a consciência do lugar que se ocupa, e de onde quer chegar e de poder se transformar, a partir de uma rejeição de papéis sociais impostos. Ao considerar essa tomada de consciência e rejeição, para as pessoas negras, a autodefinição nem sempre foi e em alguns casos, não é, uma possibilidade, visto que as suas identidades são atravessadas pelo racismo que estrutura a sociedade.

O racismo é uma lâmina que rasga a possibilidade de definições de quem se é, pois, a realidade que molda os padrões sociais, ditada por uma parcela da sociedade é naturalizada e imposta a todos. O sexism, quando vinculado a esse racismo, torna-se duplamente doloroso para as mulheres negras e o objeto cortante se torna lâmina e empunhadura. A alusão proposta não é fruto fantasioso, mas é entrelinha do que propõe Lélia Gonzalez (1984), quando aponta que o racismo sendo articulado com o sexism é violento para as mulheres negras, produzindo imagens influentes de si, não por elas construídas, mas pelo dominador.

Essas imagens, são engendradas como estigmas, como afirmam Santos e Lima (2020), sobre esse corpo, sendo fonte de manutenção de estereótipos e constantes violências em todas as esferas sociais. E quando internalizado tais estigmas, a busca por um ego outro é um delírio acometido desde a infância por pessoas negras, sem previsão de um fim. Bem como, demonstra Neusa Souza Santos (2021), que ao tratar sobre a emotionalidade da pessoa negra, conclui que o ego desse sujeito é atravessado e tem como referencial a pessoa branca. Assim, a relação entre um “eu” e um “outro” é aparente, como uma dicotomia, em que a autora destaca que as consequências são sempre negativas para quem está em busca do ser igual, para não sofrer.

A mulata, símbolo do carnaval, ao final da festa, se transfigura na empregada doméstica, ao se tratar de uma mesma sujeita (Gonzalez, 1984). O contato entre o estereótipo e o estigma se tornam quase coesos, o estereótipo da mulher sambista, carnavalesca, endeusada, demasiadamente positivo no contexto de quem atribui para sexualizar e ser contemplado com essa sexualidade deslocada, é configurado em local intransmutável da empregada doméstica, incapacitada e sem intelectualidade. A mulher negra, é alvo de violências materiais

e simbólicas durante toda a sua trajetória de vida, independente dos papéis que assume. O estereótipo se configura aparentemente em positivo, mas nota-se que continua negativo em todos os contextos para quem é sujeito de atribuição (Santos e Lima, 2020).

Posto isso, após levantar quatro dissertações de mestrado produzidas por mulheres negras, as pesquisas foram selecionadas com base em critérios teóricos, metodológicos e empíricos, de modo a garantir coerência analítica e diversidade temática. O ponto de partida foi um levantamento realizado no repositório do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), abrangendo o período de 2009 a 2023 (do início das publicações até a mais recente). Nesse levantamento, foram identificadas cerca de doze dissertações em que as autoras se autodeclararam explicitamente como “mulheres negras” e abordam temas relacionados a desigualdades raciais, maternidade, políticas de cotas, saúde da população negra, cinema negro e educação. A partir desse conjunto, foram selecionadas quatro dissertações defendidas entre 2019- 2023, com o objetivo de privilegiar produções recentes que expressem as transformações contemporâneas nas práticas e epistemologias acadêmicas.

A delimitação temporal permite captar a emergência de abordagens que articulam raça, gênero e experiência vivida, evidenciando como as pesquisadoras negras vêm se afirmando como sujeitas produtoras de conhecimento e repositionando os referenciais teóricos nas Ciências Sociais.

Nesse contexto, o critério identitário adotado fundamentado na autodeclaração das autoras, não se limita a um dado demográfico, mas configura um marcador epistemológico que expressa a tomada de posição das pesquisadoras e a incorporação da experiência pessoal como dimensão analítica. Tal perspectiva ao compreender a escrita acadêmica como um ato político e epistemológico vai de encontro com Angela Figueiredo (2020), que destaca o expressivo crescimento da produção acadêmica de mulheres negras e a ampliação da circulação de ideias e reflexões acadêmicas e políticas em espaços digitais, artigos e livros, fenômeno que, segundo a autora, algumas teóricas associam à chamada maré feminista negra. E que tem fortalecido a inserção de perspectivas africanas e afrodiáspóricas no campo acadêmico e promovido a valorização de epistemologias negras historicamente marginalizadas.

Ainda que as quatro dissertações abordam objetos distintos: cinema (Campos, 2022), maternidade (Baia, 2020), políticas de cotas (Cardoso, 2023) e escrevivência (Gil, 2019), todas convergem na problematização de questões étnico-raciais, na valorização da identidade negra e na crítica às epistemologias hegemônicas, compondo um conjunto analiticamente coerente e epistemologicamente potente.

A seleção, portanto, configura-se como uma amostragem intencional, adequada à natureza qualitativa e interpretativa da pesquisa (Goldenberg, 2004), buscando não a representatividade estatística, mas a profundidade analítica. Essa escolha permite examinar como diferentes pesquisadoras negras constroem, em seus respectivos campos temáticos, leituras próprias da realidade social, ao mesmo tempo em que ressignificam o lugar da mulher negra no espaço acadêmico. A análise conjunta dessas dissertações evidencia um movimento de resistência e reconstrução identitária que desafia as hierarquias do saber e amplia as fronteiras da produção científica, contribuindo tanto para a consolidação de epistemologias negras quanto para o fortalecimento das discussões sobre democratização e pluralidade no campo acadêmico brasileiro.

Portanto, alguns questionamentos foram levantados: o que está por trás da demarcação da identidade nas pesquisas acadêmicas? Adianta-se que uma das respostas encontradas para a primeira pergunta dá-se, principalmente, pelo reconhecimento das violências elencadas acima, sobre as suas experiências de vida e nas diferentes esferas e o entendimento de que suas experiências são interseccionais, como evidenciado por Kimberlé Crenshaw (1989).

O que resulta na ultrapassagem dos limites de ser em si mesmas, pois são produções que agregam um novo sentido para o que é a produção de conhecimento dentro da academia. Representam a negação de um lugar dado pelo outro.

A estrutura do texto parte da elucidação dos conceitos de Identidade e Estigma Social, compreendendo como o racismo e o sexism moldam representações estigmatizadas sobre as mulheres negras e limitam suas possibilidades de autodefinição. Em seguida, discute-se o “não lugar” histórico das mulheres negras na universidade, marcado por desigualdades raciais e de gênero que se perpetuam desde o período escravista até o presente, mesmo diante das políticas afirmativas. Por fim, o sentido de ser uma pesquisadora negra e como essa identidade se traduz em uma “produção de conhecimento insubmissa”, que desafia

a hegemonia eurocêntrica e valoriza experiências, trajetórias e epistemologias próprias é colocado em discussão e reflexão a partir das dissertações selecionadas.

Identidade e Estigma: conceitos fundamentais

Os agrupamentos sociais em sua construção, desenvolvem formas particulares de estar no mundo como o morar, comer, vestir, festejar, falar. Os indivíduos inseridos em tal contexto, assumem diferentes papéis e em diferentes momentos dentro desse coletivo. Assim, ao mesmo tempo em que um agrupamento tem a sua construção identitária, os indivíduos a partir dessa construção de seus papéis, relações e sentimento de pertencimento, também desenvolvem suas identidades particulares.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976), aponta que a identidade é individual e ao mesmo tempo social - coletiva, pois o sujeito, assume formas de estar no mundo de acordo com um compartilhamento de valores em diferentes níveis com estímulos externos, ao mesmo tempo em que já se tem atribuído para a sua realidade os valores de um agrupamento maior, aqui dado como exemplo, um país. Assim, são demasiadas as identidades que um indivíduo pode resgatar e são infinitas as suas influências e motivações de resgate. Em meio a essa dinamicidade a identidade é influenciada pela coletividade e por diferentes grupos sociais, associados ou não, a esse grupo maior de inserção.

A identidade social diz respeito aos diferentes agrupamentos que esse indivíduo é inserido. Não se trata de pequenos agrupamentos, mas de etnias, religiões, nacionalidades, ou que englobam e diz respeito ao geral (Oliveira, 1976). O Brasil, por exemplo, é um país que influencia na autopercepção dos indivíduos, pela estrutura, pelos festejos e tradições, pela história ancestral e por outros elementos construídos. Assim, a noção de identidade individual e social, como denota Oliveira (1976), são correlacionadas e não interdependentes. Deste modo, a personalidade do indivíduo e seus valores éticos e morais são influenciados coletivamente.

Ao abordar outros aspectos sobre o conceito, tratando-se de identidade contrastiva (Oliveira, 1976), que parte de uma identidade definida para marcar um oposto de um grupo social em relação a um exterior, aqui se constrói a noção de um “nós” e de um “outro” e se fortalece essa dualidade que aqui não é de negação,

mas de uma diferenciação. Essa marcação, acontece de forma também subjetiva e simbólica e não somente de forma palpável. Em contraposição à identidade interétnica, que apesar de também demarcar um “nós” e um “outro”, acontece de forma consciente e que nega etnocentricamente¹ esse “outro”.

O autor menciona que a identidade interétnica é calcada em uma situação de contato que é por ele defendida como uma relação de fricção. E exemplifica que o contato entre o tribal e o nacional, demarca conscientemente esse “nós” em relação ao “outro”, que não é pautado somente em contrariedades, mas sim em uma situação de negação. Em que a identidade é construída a partir do contato. Ou seja, a organização já existe para o grupo, porém, é a partir do contato que esse grupo vai resgatar essa identidade e forma de existir para se reafirmar em relação ao outro. É a partir disso que elementos físicos e materiais se tornam indispensáveis para representar aquele grupo, a organização das casas, vocabulário, roupas, ritos, alimentação, educação, entre outros elementos se tornam componentes dessa identidade. Além disso, o resgate das histórias passadas principalmente de forma oral e a preocupação com o futuro estão em constante processo de elaboração.

Ainda, ao traçar uma crítica a Malinowski², Cardoso (1996), ressalta que os estudos culturais ao concentrar-se em se debruçar sobre as consequências desse contato, perdem de vista o que já é existente e formado nas situações de contato, revela-se algo além: o que se resgata, a identidade que é marcada a partir da situação de fricção, ou seja, as identificações de si e as representações que se produzem sobre o grupo, tendo a formação de uma ideologia como um elemento também central.

Se a identidade é construída a partir de concomitâncias, sentimento de pertencimento, influências sociais e também em situações de contato, quando atribuída ao outro, ela não é em todo o tempo positiva. Pois existe um terceiro elemento, a identidade atribuída pelo externo em situação negativa, o estigma, conceituado por Henri Goffman (1988), que em seu centro de análise pesquisou indivíduos em manicômios, prisões e conventos. Trata-se de um elemento social

¹ Etnocentrismo, termo utilizado por Roberto Cardoso de Oliveira e também por outros autores, quando o objetivo é tratar de uma etnia que ignora a legitimidade de existência de outra que não seja a sua.

² Bronislaw Malinowski (1884-1942) é um antropólogo e etnólogo, que influenciou no campo da antropologia principalmente com a pesquisa de campo.

que quando associado a uma segunda pessoa é sempre negativo. Essa associação não é individual, mas sim coletiva, direcionada e depreciadora. Diferente do estereótipo, nunca é positivo ou associado a intenções secundárias. As mulheres negras, carregam em seus corpos estereótipos de sexualidade que para o olhar de quem recebe é negativo na maior parte do tempo, ao contrário, para quem atribui é positivo e vantajoso, pois se essa mulher adere ao estereótipo da mulata, uma mulher com uma forte sexualização ligada ao seu corpo (Gonzalez, 2018), seus desejos e fetiches são passíveis de realização. O estigma, tem em si, o preconceito e a ridicularização do ser que o recebe.

Assim, define-se como aquilo que se manifesta sobre o outro, que não necessariamente é o “outro” da identidade interétnica, mas pode ser um indivíduo de uma mesma comunidade. Essa criação, imaginada e absorvida cria uma significação discrepante entre a realidade e o imaginado, pois as características fantasiadas sobre o corpo que recebe o estigma assumem papéis e identidades construídas a partir de experiências individuais e conectada com valores diversos, portanto um estigma sendo uma construção imaginária, fantasiosa e coletiva, não é capaz de definir o que é real. O estigma não é o seu significado, mas o que ele significa para o coletivo (Goffman, 1988).

Ainda de acordo com Goffman (1988), ao ser imaginado pelo coletivo e posto como real, possuindo potencialidade de ser visto como uma identidade exterior atribuída negativamente, esse elemento social obriga o sujeito que o recebe a dialogar com ele, não sendo passível de ser ignorado, sendo assim uma interferência direta na vida desse sujeito é imediatamente parte de seu cotidiano, e pode até mesmo mudar dinamicamente de um tempo para outro, de acordo com as mudanças ideológicas desse coletivo. As pessoas negras carregam o estigma da inferioridade, dentre outros, assim o coletivo constantemente limita e define essas pessoas de acordo com suas fantasias degeneradoras.

As mulheres negras, por inferioridade atribuída, carregam estereótipos diversos, que até mesmo com fundo de positividade, são articulados para manter a subalternidade, lugar definido para elas. Patricia Hill Collins (2019), ao tratar de mulheres afro-americanas, reconhece os estereótipos ligados à mulher negra como imagens de controle, ideologicamente estabelecidas como forma de continuar uma objetificação escravista. Destaca-se como principais imagens: a *mammy*,

caracterizada por ser uma serviçal fiel e mãe assexuada, de rosto preto, economicamente explorada; a matriarca, sendo vista como uma mãe má, chefe de família, fracassada e castradora de marido; a mãe dependente do Estado, imagem frequentemente associada para questionar a capacidade reprodutiva de mulheres negras no contexto estadunidense, e que evoluiu para a última imagem; a rainha da assistência social, ligada a uma mulher da classe trabalhadora, sem tempo para homens, forte, e ao mesmo tempo dominadora e rude. Apesar de Collins (2019), tratar desses aspectos em mulheres negras estadunidenses, destaca que muitos dos aspectos tratados em sua obra também se direcionam às mulheres brasileiras. Essas definições se assemelham do ponto de vista de Gonzalez (2018), na medida em que os corpos definidos, são sexualizados, humilhados e objetivados para o trabalho braçal e sexual. Essas imagens de controle e estereótipos associados, frequentemente estão relacionados com estigmas ligados a esses corpos em uma correlação. Apesar disso, não são a mesma coisa, pois o estigma enquanto conceito não transita para o positivo, e caminha para um local que confirma a existência de uma normalidade (Goffman, 1988), e uma anormalidade.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2023), ao analisar a noção de dispositivo racial, argumenta que esse dispositivo opera a partir de uma multiplicidade de componentes heterogêneos e uma rede que se pode estabelecer entre estes elementos. O dispositivo sempre estabelece relações de poder e atua estrategicamente como dominante. Segundo a autora, esse ponto de vista de dispositivo enquanto uma rede dominante, oferece recursos teóricos para explicar o papel dos elementos heterogêneos que mantém o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira. Assim, o dispositivo é capaz de fazer uma divisão no campo ontológico a partir do momento em que estabelece uma identidade padronizada “o ser” e tudo o que está fora desse padrão é oposto e é o “outro”, a partir disso a referência é o que foi alojado como “o ser”. No campo racial, o dispositivo coloca o sujeito branco como normal e referência, e o negro como o outro e estigmatizado, dessa forma, se contribui para a manutenção de preconceitos e inferiorização relacionados à população negra para a manutenção do poder.

Goffman (1988), prossegue e demarca no seu centro de análise três tipos de estigma: as abominações do corpo (características físicas e deformidades);

culpas de caráter individual (vícios, e condições inerentes são caracterizadas como desvio de caráter); e os de caráter tribal, racial, nacional ou religioso, vistos com potencial biológico e hereditário Goffman, (1988). Em relação ao último tipo, convém resgatar as noções que permeiam a construção da teoria eugenista bem como apresenta Pietra Diwan (2007), que nasce na Inglaterra no final do século XIX, proposta pelo médico inglês Francis Galton, que influenciou principalmente o pensamento que se tornou moral de que existe uma raça superior, um biologicamente forte, considerado, como consequência, o melhor para viver em sociedade, ideia apoiada no Brasil por grandes intelectuais renomados como Monteiro Lobato, que influencia o pensamento social e moral brasileiro até a atualidade.

No caso das pessoas negras, o pensamento eugenista influenciou diretamente na inferiorização, culminando numa manutenção consciente do racismo e das desigualdades raciais e econômicas (Diwan, 2007). Bem como coloca Gonzalez (1984), a autora menciona que o primeiro fato que se percebe é a naturalização do racismo, que é “criancice”, nas palavras da autora.

Segundo Goffman (1988), para compreender o estigma é preciso entender as normas vigentes no entorno, os pensamentos que circulam socialmente, bem como os valores daquela coletividade que definem padrões de comportamento para determinados papéis sociais ou grupos. No caso das pesquisadoras negras, ao compreender os estigmas associados aos seus corpos, resgatam uma identidade que aqui, pode-se relacionar com a identidade interétnica para vieses de elucidação, colocando uma parede entre um “nós”: mulheres negras e um “outro”: epistemologia eurocêntrica. Essa atribuição acontece em constratividade e negação, pois ocorre no campo palpável e subjetivo. Palpável, pois a partir do momento em que se faz uma produção e demarca-se o lugar de mulher negra para dizer que o centro de análise do objeto é diferente, se produz a principal fonte caracterizadora dessa identidade, a produção escrita em um outro local.

Com isso, nota-se que algumas pesquisadoras negras dentro da academia, especificamente de áreas nas ciências humanas, como as ciências sociais, assumem uma identidade coletiva para demarcar um outro local de produção de conhecimento em suas pesquisas, em negação de um sistema acadêmico

eurocêntrico que coloca as pessoas negras e suas produções em confinamento racial (Carvalho, 2005).

Essa marcação de discurso, presente nas dissertações, são construídas também na situação de conflitos dentro da academia fruto de uma estruturação institucional que é, ainda hoje, eurocêntrica e marcada por um método distanciado que, segundo Jorge de Carvalho (2006), reproduz um viés preconceituoso com todo e qualquer conhecimento produzido fora desse sentido.

A necessidade de resgatar a identidade de mulher negra produtora de conhecimento, emerge justamente desse viés, pois esse corpo é marcado por desafios de permanência e de adaptação dentro desse sistema e na forma de produzir conhecimento. O ambiente universitário, quando reafirma o interesse em uma manutenção de produção pautada na neutralidade, defendido por professores que ferem a integridade psicológica e intelectual desse ser que vivencia o racismo desde o nascimento, mantém um ambiente hostil e desestimulante (Souza, 2023), se contribui para a desistência da vida universitária, quando essa mulher em questão consegue atingir o nível da pós-graduação, e para uma invisibilização de suas contribuições científicas quando as mesmas permanecem. Quando resistem no ambiente universitário, Marcos A. Batista da Silva (2017), ao analisar trajetórias de mulheres negras na pós-graduação, conclui que são demasiadas as motivações que continuamente colocam em pauta a questão da desistência.

A produção dessas mulheres é construída na coletividade e as experiências de vida são valorizadas consideradas como conhecimento, com um olhar de sujeito e que busca inovar os horizontes daquilo que até então é considerado científico, como uma *outsider within* (Collins, 2016). As *outsiders within*, como conceitua Patricia Hill Collins (2016), são as intelectuais estrangeiras, mulheres negras que entram no ambiente acadêmico e não aceitam visões de mundo enrijecidas e que as colocam como objetos de análise, não aceitam o padrão de produção de conhecimento. Esse não aceitar, negar é assumir uma identidade de mulher negra na escrita. Essa identidade reconhecida e constatada nas dissertações, advém de um reconhecimento das opressões. Collins, (2019), em sua produção “pensamento feminista negro”, ao escrever que mulheres negras produzem conhecimento de diferentes formas, através da música, poesia e oralidade, registra que a construção de conhecimento na academia ocupa um espaço para além da produção, pois

acontece em um âmbito de expressar a escrita com compreensões particulares e coletivas de mundo. Sendo uma noção derivada do pertencimento em grupo e um reconhecimento de si como mulher negra (Pereira, 2021) e a urgência de uma autodefinição.

Como *Outsiders Within*, essas mulheres encontram desafios em suas jornadas acadêmicas, pois ao inserir-se nesse ambiente, há uma tentativa de reconhecer-se como uma *insider*, aquele que produz conhecimento a partir do que já é estabelecido (Collins, 2016). Principalmente na jornada de mulheres que acabam de ingressar o ambiente acadêmico, essa tentativa gera uma série de frustrações e sentimentos de incapacidade, pois de acordo com a autora, pode ser extremamente difícil para as mulheres negras aceitarem que há uma visão de mundo baseada na inferioridade das mulheres negras (Collins, 2016). Considerando que essa mulher é colocada como um objeto de pesquisa, ao mesmo tempo que quando é pesquisadora, enfrenta desafios em se reconhecer essa produção, nota-se uma carência de trabalhos que foquem na presença dessas mulheres nos espaços acadêmicos como produtoras de conhecimento e que abordem questões sobre o que é produzir e quais são as condições necessárias para tal a partir de suas perspectivas (Souza e Valentim, 2017). Quando essas mulheres se tornam pesquisadoras, rejeitando o local de objeto e ao produzir conhecimento é possibilitado um olhar antes não explorado e assume-se uma identidade própria de mulher negra e produtora de conhecimento a partir do eu, que também representa o coletivo, o “nós”.

O Não Lugar das mulheres negras nas universidades

De acordo com os dados disponíveis no site da Universidade Federal da Bahia (2025) no Brasil, a primeira instituição de ensino superior foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808. A mesma era destinada à elite local, aos filhos e filhas dos - quase a totalidade - escravagistas. O saber intelectual na época, era dotado de raça e classe social, isto é, apenas a população branca e com determinado poder econômico, acessava as esferas educacionais. À população negra, aqui nascida ou traficada do continente africano, restava o trabalho servil, a mão de obra explorada e o conhecimento marginalizado.

Apesar das universidades historicamente se apresentarem à sociedade como sendo um ambiente marcado pela construção de relações sociais apartadas do racismo, essas relações estabelecidas dentro do campus não são iguais para todos os indivíduos. Os marcadores sociais da diferença que constituem as desigualdades, ditam de que forma essas relações serão estabelecidas. A democracia racial, falsamente apregoada como fato vigente em nossa sociedade, impera nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Florestan Fernandes (1972), foi um crítico contundente do mito da democracia racial no Brasil. Em sua obra “O negro no mundo dos brancos” (1972), ele desmascarou a ideia de que sociedade brasileira está baseada em uma harmonia racial, mostrando que a população negra está longe de estar plenamente integrada ao mercado de trabalho, aos espaços de poder e à representação política. Fernandes, questionou a visão conservadora que negava a existência de conflitos sociais e revelou a persistência de uma diretriz ambivalente: repulsa ao tratamento igualitário do negro e aparente acatamento dos requisitos do regime de classes (Lima,2020). Segundo Fernandes, se ramifica por todos os espaços sociais da sociedade, inclusive nas universidades, cria formas de mascarar o racismo e de suavizar desigualdades fundamentadas exclusivamente no âmbito racial.

A história do ensino superior no Brasil evidencia desigualdades que persistem há séculos. Dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) apontam uma discrepância significativa nos índices de acesso à educação superior entre jovens brancos, pretos e pardos. De acordo com os resultados do estudo, enquanto 29,5% dos jovens brancos com idades entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados em cursos de graduação, com uma taxa de conclusão de 6,5%, os números correspondentes para pretos e pardos são notavelmente inferiores: apenas 16,4% estão cursando o ensino superior, e 2,9% já obtiveram diploma. Tais diferenças refletem diretamente os níveis de escolarização anteriores, indicando que 60% dos jovens brancos concluíram o ensino médio, em comparação aos 47,3% de pretos e pardos. As desigualdades manifestam-se também em outros indicadores educacionais, como taxas de analfabetismo, evasão escolar e conclusão do ensino médio.

As políticas públicas de inclusão, como as cotas raciais, por exemplo, têm desenvolvido um importante trabalho no que diz respeito ao ingresso da população

negra nas universidades, entretanto, é fatídico que as mesmas ainda são espaços de privilégio e que determinados grupos étnico-raciais possuem maior acesso às esferas superiores de educação. As universidades formam um espaço atualmente marcado profundamente pela herança histórica sob a qual foram construídas, o que torna a ocupação desses espaços uma batalha árdua. Se forma uma imagem social sobre o que é ser um universitário e fazer parte dessa seleta população que se insere nesse espaço de poder.

A escravidão marcou o Brasil com feridas que parecem não cicatrizar, embora tenha havido significativas conquistas ao que diz respeito à presença negra em espaços majoritariamente brancos, sobrevive fortemente no imaginário da população, a visão do corpo negro servindo, de homens e mulheres negras exercendo trabalhos exaustivos do ponto de vista físico, mas não valorizados a partir do intelecto, isso porque, para o sistema racista, o corpo negro não possui aptidão para exercer funções delicadas, serenas, racionais e não braçais.

Nessa perspectiva, o trabalho intelectual é reservado à população branca, que historicamente foi privilegiada nas produções literárias, artísticas e culturais. Aos negros, resta-lhes o trabalho servil, braçal, haja visto que a população negra ao longo da história teve sua cultura marginalizada, seus saberes invisibilizados e suas produções científicas demonizadas. Ou seja, as produções científico-culturais dos mesmos há séculos têm sido tidas como não ciência. Desconsidera-se conhecimentos medicinais antigos, trazidos pelos primeiros grupos oriundos de África e desvalorizam-se as manifestações intelectuais, rotulando-as de “conhecimento popular”.

De acordo com Fernandes *et al.* (1978), as ideologias presentes no imaginário social, o conhecimento formal ensinado nas escolas é fruto de disputas políticas, econômicas e sociais, o que impacta diretamente as trajetórias individuais dos estudantes negros e negras. Assim, a vida acadêmica espelha as dinâmicas de desigualdade que permeiam a formação histórico-social brasileira. Além disso, o ensino superior também testemunha, em sua rotina, diversas formas de injustiça, tornando-se um ambiente de exclusão racial extremamente marcante.

No caso das mulheres negras, essa posição de servidão e de não intelectualidade é ainda mais presente. Existe no imaginário popular, diversas visões sobre os papéis desempenhados por mulheres negras na sociedade, como:

a mãe preta e a mulata, como já mencionado. Esses estigmas limitam as possibilidades de ser no mundo, é como uma sentença que impõe rótulos fixos à essas mulheres. Também há o imaginário de que as mulheres negras ocupam o mundo para servir a população. Essa visão possui raízes profundas no processo de escravidão da mão de obra de pessoas negras, em que as mulheres desempenhavam papéis de servidão voltadas aos cuidados domésticos, sexuais e braçais. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, esses estigmas foram perpetuados e seguem até a contemporaneidade.

Como mencionado, esses estereótipos impostos limitam as possibilidades de ocupar espaços e de ser no mundo. Sendo assim, a universidade se constrói enquanto um espaço que não foi projetado, em nenhum momento, considerando as subjetividades das mulheres negras para ocuparem esse espaço. De acordo com Djamila Ribeiro (2018) as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, isto é, recebem os menores salários, frequentemente estão em trabalhos relacionados ao servir e enfrentam uma série de processos individuais e coletivos que as distanciam do ensino superior, ou seja, passam por diversos marcadores sociais que as segregam de ocupar esses espaços.

As identidades femininas negras são perpassadas por diversos marcadores comuns, todavia é imprudente imaginá-las como um grupo homogêneo. Existem diversos marcadores identitários que as atravessam, como: classe, geração, habitação, entre outros, tem-se como resultado nefasto que a interseccionalidade desses marcadores contribui para impor limites e segregá-las dos espaços formais de educação.

Produção acadêmica insubmissa

A partir de um levantamento realizado no site do PGC/UEM (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá/UEM), em busca de uma dissertação específica, surgiu a seguinte questão: “quantas mulheres negras passaram pelo programa desde o início?”, e então, ao analisar as publicações que passam pelos anos de 2009 e 2023, com o critério de entrar em todas as dissertações que contam com nomes sociais femininos e na busca por frases de autodeclaração nos trabalhos, como: “sou uma mulher negra” ou “eu,

mulher negra”, foi levantada uma média de doze produções, com interesses de discussões em desigualdades, maternidade, cotas raciais, saúde da população negra, cinema negro e educação. A partir disso, observou-se uma predominância de interesse de pesquisa em temáticas que interseccionam raça com outras categorias. Dentre todas as dissertações levantadas, quatro foram escolhidas para análise, a fim de compreender os assuntos que vêm sendo discutidos na contemporaneidade e por existir uma média de 1 dissertação publicada por ano escritas de mulheres negras. Sendo assim, as dissertações escolhidas foram escritas entre 2019 e 2023 e apesar de suas temáticas diferentes possuem um ponto em comum. A discussão das relações étnico-raciais nas temáticas, o resgate da identidade afirmado na escrita e a análise do objeto a partir desses dois pontos.

A dissertação escrita pela pesquisadora Elaine Aparecida Rodrigues Campos (2022), tem como objetivo:

analisar o cinema de Zózimo Bulbul, responsável por inaugurar o cinema negro no Brasil. Para tratar do cinema de Zózimo, o corpus selecionado foi seu filme de estreia, o filme em curta-metragem “Alma no Olho”, de 1974. A partir do filme, objetiva-se especificamente produzir reflexão sobre a estética negra na linguagem filmica, e sua relevância para a construção de uma identidade negra combatente ao racismo no espaço cinematográfico e no cenário sociocultural (Campos, 2022, resumo).

Nas primeiras linhas do texto, a autora traz o contexto de motivação para a sua pesquisa, que parte de um documentário com a participação de Maria Beatriz Nascimento: “mulher negra, sergipana, nascida em 1942, foi professora, poeta, roteirista, ativista e uma das pioneiras do Movimento Negro Unificado (MNU)” (Campos, 2022, p.13).

O documentário foi essencial para que a autora entendesse o que significa produzir um conhecimento acadêmico a partir de uma perspectiva descolonizada, e enfatiza que pensar o seu objeto de pesquisa parte de um resgate de uma identidade negra, bem como a sua análise.

Elaine Campos, marca o lugar de escrita que parte desse resgate de identidade quando traz a discussão sobre a relevância de se contar uma história que não é única e tem outras vertentes que precisam ser elucidadas e escreve após refletir sobre o cinema produzido por pessoas negras que a sua trajetória e a reflexão sobre quem se é foi essencial para pensar o seu texto. A autora ressalta:

“minha trajetória enquanto mulher negra, pesquisadora e artista, e sinalizaram um orgulho ainda maior sobre ser negra e sobre como esse corpo negro, o meu, coloca-se no mundo” (Campos, 2022, p. 14) e prossegue:

Desse modo, os esforços realizados para reconfiguração dos arranjos sociais que questionam o lugar dos corpos inferiorizados na sociedade impactaram a minha própria trajetória no contexto de pesquisa e no âmbito da subjetividade, e me colocou em um lugar de constante questionamento acerca de tudo que se encontra no campo das visibilidades. Tudo que produzo, seja no âmbito acadêmico ou artístico, está intrinsecamente ligado à busca pela negritude, pela identidade estética e política negras (Campos, 2022, p. 15).

Por outro lado, a dissertação da pesquisadora Luara Paula Vieira Baia (2020), busca compreender a maternidade a partir do ponto de vista das mulheres negras. Assim, a pesquisadora não enfatiza que seu objeto é diretamente influenciado pelas suas vivências, pois a mesma não é mãe no momento de sua escrita, mas foi a partir do “*Mamãe & Eu & Mamãe*” de Maya Angelou (2018) e de suas experiências com sua mãe que o interesse sobre pensar a maternidade surgiu. Dessa forma, a pesquisadora pensou diferentes recortes para a sua pesquisa, mas considerou que o recorte racial era relevante devido a falta de pesquisas com esse recorte nas diferentes áreas e nas Ciências Sociais. Baia afirma:

Tendo em vista a relevância da vivência das mulheres negras para a produção de dados sobre nós, bem como o fato de oferecerem aspectos privilegiados das realidades que possivelmente não seriam apreendidos por outros meios, considero que as narrativas de minhas interlocutoras trazem, em alguma medida, percepções que desconstroem visões essencialistas sobre maternidade e o faz sob o ponto de vista racial, articulando, a suas vivências, uma série de outros elementos e preocupações pouco discutidos ao se tratar dessa temática nos espaços hegemônicos (Baia, 2020, p. 16).

O trabalho da autora chama a atenção para uma experiência que não parte de si, mas que traz análises que consideram o viés interseccional como indispensável e o recorte racial como centro da pesquisa. Essa possibilidade de recorte aparece em todas as dissertações levantadas e instiga a refletir para compreender que a presença das mulheres negras na universidade não diz somente sobre ocupar um espaço físico, que é claro, se faz importante, mas sobre a possibilidade de se pensar em pesquisas que abordem a questão racial, fazendo

com que a universidade tenha uma produção extensa sobre a população negra de forma geral, a partir de um ponto de vista que parte de trajetórias de vida e análises que abarcam o social como um todo.

Em outra direção, a produção da pesquisadora Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso (2023), busca refletir sobre o processo de implementação das Cotas Raciais na Universidade Estadual de Maringá. A pesquisadora logo no início de sua introdução destaca o seu ponto de partida, de uma família negra. Relata suas experiências enquanto mulher negra e suas dificuldades com o ensino superior principalmente no que diz respeito aos medos e receios implantados dentro de si mesma.

A autora destaca a sua trajetória para definir seu objeto de pesquisa e as dificuldades que encontrou para acessar e estudar temáticas sobre a questão racial durante a sua graduação. Sobre isso, escreve:

Desde a graduação, eu busquei me aproximar de temáticas que envolvessem garantias de direitos que pudessem promover situações de igualdade, em especial, aquelas que estivessem ligadas às políticas públicas, o que me motivou a me apropriar, constantemente, de conhecimento sobre tal assunto. É relevante apontar que, durante a graduação, minha turma não teve acesso a discussões, estudos e reflexões sobre as questões raciais, seus impactos e suas demandas (Cardoso, 2023, p. 22).

Essa falta, segundo a mesma, dificultou seu processo de entendimento sobre as intersecções que as questões sociais possuem, principalmente no que diz respeito à questão racial e até mesmo o seu processo de consciência como uma mulher negra. Seus medos e receios em relação a estar na universidade e na pós-graduação é comum em relatos de mulheres negras que ocupam esse espaço.

A autora descreve a sua felicidade em sua aprovação no mestrado, destacando seu sentimento de incapacidade e agradece sua orientadora e destaca que foi sua primeira professora negra. Sobre esse sentimento:

O sonho se realizou e, mesmo após os erros e desistências momentâneas, e graças ao apoio dos que me são queridos, fui aprovada! Quem diria! Nunca me senti capaz! E para minha alegria e motivação diárias, iniciei esta jornada acadêmica no Mestrado, tendo como minha orientadora a maravilhosa profa. Marivânia Conceição Araujo (agradeço ao Universo todos os dias por mais este presente) (Cardoso, 2023, p. 23).

O sentimento de não lugar já discutido anteriormente e de não pertencimento ao meio acadêmico parte de diversos lugares e o mais comum provem de sentir-se inferiorizado. Tal fato é resultado do racismo estrutural e institucional, mas não somente, também é fruto do ambiente hostil que esses corpos encontram no espaço universitário.

Nesse sentido, Bell Hooks (1995, 1995) destaca que a escolha do trabalho intelectual para mulheres negras, acontece como uma experiência de transformação do pensamento. Ao relatar o seu processo, escreve:

tornei-me minha própria testemunha esclarecida capaz de analisar as forças que atuavam sobre mim e através dessa compreensão manter um senso separado de mim mesma Ferida às vezes perseguida e vítima de abusos encontrei na vida intelectual um refúgio um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir minha identidade subjetiva (hooks, 1995, p. 471).

Porém, esse processo de transformação é influenciado por desafios em seus percursos. A autora, ao relatar as experiências de suas alunas, enquanto professora universitária, destaca que dentre os motivos de não concluírem suas escritas finais e não persistirem no trabalho intelectual, estão a invisibilidade de suas pesquisas, a falta de reconhecimento e citações de seus trabalhos e os agravantes nos sentimentos de inferioridade que as fazem questionar suas próprias capacidades de raciocínio. Destaca-se:

Diante da falta de endosso e apoio públicas constantes as negras que escolhem vocações intelectuais quando enfrentam esse trabalho em isolamento em espaços privados não admira que negras individualmente se sintam oprimidas por dúvidas que esses espaços intensifiquem receios de incompetência receios de que suas ideias talvez não mereçam ser ouvidas (hooks, 1995, p. 472).

Nesse sentido, Solange Gil de Azevedo (2019), reflete em sua dissertação sobre esse trabalho intelectual e resgata a identidade de mulher negra de forma explícita durante toda a sua escrita. A fim de defender uma escrita a partir do “eu”, que representa o “nós”, como ponto de negação e diferenciação consciente de um “outro”, que acontece já ao início de sua dissertação, na introdução. A autora menciona que o ponto de referência das mulheres negras são as feministas negras e outras autoras que não se declararam como feministas negras, mas tiveram uma

produção sobre o corpo oprimido de mulheres negras, como, por exemplo, segundo Gil (2019), Conceição Evaristo. Essa produção é descrita pela pesquisadora como insubmissa e é pautada em uma epistemologia própria de mulheres negras.

Solange Gil, em sua escrita inicial, apresenta dados que retratam a violência marcada nos corpos de mulheres negras, logo, em seu próprio corpo, com uma escrita que envolve o autor em sua história relatada e analisada. E a partir do momento em que passa por esses dados, a autora resgata a ideia de que sua experiência como mulher negra é individual ao mesmo tempo que coletiva, não no sentido de homogeneizar, mas de reconhecer que as violências contra as mulheres negras são estruturais (GII, 2019).

Na sequência, a autora reflete sobre a sua trajetória de vida, essencial para o seu processo de identificação. Ela relata suas experiências desde a infância, a relação com seus pais, com a sua irmã e a relevância que as ações sociais tiveram em sua vida, exaltando que, todo esse processo foi um caminho de sobrevivência, marcado por lugares não escolhidos por ela e que a partir do momento em que uma definição própria de si começou a ser construída, outro caminho não seria possível para uma escrita que fala sobre esse corpo em sua dissertação. Sobre esse ponto, a autora escreve:

Essas reflexões e lembranças fazem parte do processo do que é escrever a própria história, contar em primeira pessoa enquanto mulher negra. Confesso que, embora seja um processo dolorido, é libertador, literalmente, li-ber-ta-a-dor causada pelo sistema opressor imposto a nós. Escrevendo, resisto (Gil, 2019, p.72).

A autora define esse “nós” de ser uma mulher negra que produz conhecimento, a partir do reconhecimento dessas opressões que se configuram como atravessamentos interseccionais na vida dessas mulheres. Apresenta em alguns capítulos, narrativas de escrevivências que explanam a ausência desses direitos sociais que foram negados às mulheres negras.

A Interseccionalidade é um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), segundo ela as desigualdades relacionadas ao gênero, raça, etnia e classe se entrecruzam, resultando em opressões que não se limitam exclusivamente ao gênero. No Brasil, Lélia Gonzalez foi uma das primeiras intelectuais a chamar a atenção para as dimensões de um feminismo plural que contemplasse as diferentes

opressões experienciadas pelas mulheres negras (Rios; Ratts, 2016). Tal ponto, é crucial para entender a construção de uma escrita a partir dessas experiências de vida, que demarque resistência, denúncia e negação ao “outro” que está presente em todas as dissertações.

Além disso, o modo de ver o mundo a partir do coletivo é outro ponto diferenciador e marcador de uma identidade própria. Solange Gil, em diferentes pontos, traz a sua vivência em coletivo como formador de quem se é. Collins (2019), retrata como as mulheres negras e sua vida em comunidade, na igreja, na música, em casa, traça planos estratégicos de sobrevivência e busca solucionar os problemas dos seus, assim a vida em grupo é um ponto chave e formador de consciência e conhecimento na música, como no Blues e na escrita. Esse ponto é facilmente observável na escrita de Gil, visto que resgata as suas experiências de vida, a partir de um coletivo de pessoas que a ajudaram em seu processo de autodefinição e que foram essenciais para um olhar à construção de uma produção científica que também visa a transformação social.

Com isso, a partir de uma perspectiva que se atenta às opressões que marcam os corpos das mulheres negras e o senso de coletividade, o assumir consciente de uma identidade de mulher negra na pesquisa, é centralizada em negação a uma epistemologia eurocêntrica. Gil, ainda enfatiza que a epistemologia feminista negra e a produção de conhecimento de mulheres negras, mesmo quando não aborda especificamente essa teoria social crítica, mas trata-se de outras temáticas não é somente em oposição ou em resposta a epistemologia eurocêntrica, ou como ela descreve: “Epistemologia ocidental que nos exclui da academia e ainda produz conhecimento a partir da objetificação dos nossos corpos” (GII, 2019, p.34).

Trata-se de um conhecimento que é produzido há muito tempo, por experiências e vozes ancestrais que ressoam nas pesquisadoras atuais.

Assim, o assumir essa identidade de mulher negra para a produção de conhecimento, acontece a partir de uma tomada de consciência de violências e opressões na vida dessas mulheres desde o nascimento e a não conformidade que elabora formas que transcendem o estabelecido de ver o mundo. A situação de contato, entre a mulher negra e a forma de produzir da academia, requer dessa mulher a consolidação de quem se é naquele contexto específico, para produzir e

continuar na universidade, esse processo, porém, não acontece somente uma vez, ele é constante.

Considerações Finais

As pesquisadoras que resgatam suas identidades na produção acadêmica, possuem uma ampla condição de refletir sobre a realidade, acionando elementos antes desconsiderados. Uma produção enrijecida que visualiza essa mulher com linhas tão desvalorizadas é ressignificada por linhas de denúncia que agora endeusam verdadeiramente uma sujeita e um povo como capaz. É uma produção que não acontece por si só, pois o objetivo não é somente analisar o objeto selecionado, mas mergulhar nas dimensões sobre esse objeto a partir do lugar de quem foi invisibilizado historicamente e que relaciona vieses interseccionais.

Na escrita das autoras, as dores, poesias, medos, ansiedades, revoltas e alegrias acontecem, ao mesmo tempo que evidencia análises imprescindíveis sobre o poder, as estruturas, a vida em comunidade, a educação, a segurança, a assistência social, entre outros. Dessa forma, torna a escrita de mulheres negras, independente do tema que escolha, capaz de sustentar suas reflexões e denúncias como produção intelectual científica com rigor igual e não menos desqualificado, em uma dupla dimensão que busca transcender o estabelecido pelo “outro”.

Sobre isso, Shirley Ane Tate (2018) é assertiva, quando diz que apesar das dores de tentar se afeiçoar ao opressor na busca de emancipação, e ao perceber que esse lugar não é cabível e num movimento contrário, ainda sentir dor. Essa dor ao mesmo tempo que oprime é também produtora da crítica e conhecimento.

Por fim, as produções das pesquisadoras, são fruto do olhar de mulheres negras que compartilharam suas trajetórias de forma a marcar um lugar específico de reflexão para seus objetos de pesquisa, para além disso, o próprio objeto é refletido a partir desse lugar. O lugar parte de experiências de vidas marcadas pelo racismo e por um processo de autodefinição próprio que acontece antes e durante a pesquisa. A formação da identidade de mulher negra, nas produções científicas, ainda é uma busca e construção até mesmo durante a produção. A afirmação e o resgate, é elaborada durante a busca de referências, durante todo o pesquisar.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.
- AZEVEDO, Solange Gil de. **O canto de resistência de mulheres negras: vozes que ecoam transformação social**. 136f. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.
- BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe**. 122f. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020.
- CAMPOS, Elaine Aparecida Rodrigues. **Alma no olho, imagem na alma: a arte cinematográfica do negro sobre o negro**. 73f. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Zahar, 2023.
- CARDOSO, Caroliny de Souza do Nascimento. **O processo de implantação de cotas para pessoas negras na Universidade Estadual de Maringá (UEM)**. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. 173f. Maringá, 2023.
- CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 68, p. 88–103, fev. 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. 1^a ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 8, 1989.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo, Contexto, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51^a ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** 3^a Ed. V. 1. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras. Trad. Marcos Santarrita.** In: Estudos feministas, ano 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Introdução a noção de fricção interétnica.** In: O índio no mundo dos brancos. Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 15-30.](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html#:~:text=Sobre%20%2D%202024&text=Para%20tal%2C%20tra%C3%A7a%20o%20perfil,estudam%20e%20n%C3%A3o%20est%C3%A3o%20ocupados. Acesso em: 28 mar. 2025.</p></div><div data-bbox=)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Livraria Pioneira, 1976.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro.** 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. **A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez.** In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, Séculos XIX e XX. Cruz das Almas: UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. **Relatos de uma mulher negra na Pós-graduação: Trajetória educacional.** Itinerarius Reflectionis, Jataí-GO., v. 13, n. 1, p. 1–19, março. 2017.

SANTOS, Valdirene Mendes dos; LIMA, Luciana Aparecida de. **Estigma Social: a segregação das mulheres negras perante a sociedade.** Rev. Cient. Eletr. de Psico FAEF, v.34,n.1, p. 1 - 13. Maio. 2020.

SOUZA, Adelzita Valéria Pacheco de; NAIFF, Luciene Alves Miguez. **Os desafios da mulher negra na educação: um olhar para o preconceito na educação básica.** Revista Educação & Ensino , v. 7, n. 1, p. 1-29, jun. 2023.

SOUZA, Fernanda Aparecida de; VALENTIM; DOS SANTOS, Silvani. **A participação de pesquisadoras negras na produção científica no Brasil: apontamentos a partir de um levantamento bibliográfico.** Seminário internacional fazendo gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress (Anais), Florianópolis, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TATE, Shirley. Anne. **Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 183-202, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Produção.** Disponível em: <https://pgc.uem.br/producao/dissertacoes>.

Acesso em: 30 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Histórico.** Disponível em: <https://ufba.br/historico>. Acesso em: 28 mar. 2025.

<https://pgc.uem.br/producao/dissertacoes>. Acesso em: 30 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Histórico.** Disponível em: <https://ufba.br/historico>. Acesso em: 28 de março de 2025.

Wellington Benevides dos Santos. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.
wellingtonbenevides17@gmail.com

Marivânia Conceição de Araujo . Profª. titular do Departamento de Ciências Sociais/ Universidade Estadual de Maringá - UEM.
marivaniaaraujo@yahoo.com.br